



CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE RORAIMA (SEFAZ/RR)

CÓD. 9001 – TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TIPO A

FRASE: A FORÇA QUE VEM DA ALMA, SUPERA UM MOMENTO DE FRAQUEZA.
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de prova contendo 100 (CEM) questões do tipo objetiva, você receberá uma folha de resposta destinada às questões objetivas.



TEMPO

- 4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.
- 2 (duas) horas** após o início da prova será possível retirar-se do local de realização das provas.
- 60 (sessenta) minutos** após o início da prova será possível retirar-se da sala de aplicação de prova.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- não utilizar máscaras de proteção facial sobre o nariz e boca durante toda a permanência no local de aplicação, devendo cumprir, obrigatoriamente, com todos os cuidados individuais de higiene recomendados para a prevenção do contágio da Covid-19, sob pena de ser eliminado do Concurso.
- durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo.
- portar durante a realização das provas equipamentos como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc.
- ao candidato levar consigo seu caderno de prova, em hipótese alguma.
- levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Caso tenha recebido o caderno de prova com cargo diferente do impresso em sua folha de respostas e em seu caderno de texto definitivo, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala, sendo de inteira responsabilidade do candidato a omissão ou a não conferência de seus dados no caderno de prova, na folha de respostas e no caderno de texto definitivo.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas e o caderno de texto definitivo.
- Assine seu nome, nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta cor azul ou preta, confeccionada em material transparente.
- Marque seu tipo de prova em sua folha de respostas. A ausência dessa marcação acarretará a atribuição de nota igual a zero ao candidato, conforme rege o edital do concurso.
- Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nesse documento.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, entregar sua folha de respostas e o seu caderno de texto definitivo, devidamente preenchidos e assinados, bem como este caderno de prova, ao fiscal da sala.
- A capa do caderno de texto definitivo deverá ser destacada pelo fiscal da sala, quando lhe entregue pelo candidato.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos deverá ser acomodado embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação suas folhas de respostas, e seus cadernos de texto definitivo e de provas.

Preencha manualmente:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto

19 de maio. Belém. Durante a noite o Pedro I portou em Salinas pra emprestar um tapejara que nos guiasse através da foz traíçoiera do Amazonas e quando nos levantamos no dia de hoje bem cedinho já estávamos nela. Que posso falar dessa foz tão literária e que comove tanto quando assuntada no mapa?... A imensidão das águas é tão vasta, as ilhas imensas por demais ficam tão no longe fraco que a gente não encontra nada que encante. A foz do Amazonas é uma dessas grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções fisiológicas do homem. Nós só podemos monumentalizá-las na inteligência. O que a retina bota na consciência é apenas um mundo de águas sujas e um matinho sempre igual no longe mal percebido das ilhas. O Amazonas prova decisivamente que a monotonia é um dos elementos mais grandiosos do sublime. É incontestável que Dante e o Amazonas são igualmente monótonos. Pra gente gozar um bocado e perceber a variedade que tem nessas monotonias do sublime carece limitar em molduras mirins a sensação. Então acha uma lindeza os barcos veleiros coloridos e acha cotuba a morte dos pretendentes, se prende ao horizonte plantado de árvores que a refração apara do firme das ilhas e ao livro de Jó. A foz do Amazonas é tão ingente que blefa a grandeza. Wordsworth, o quarteirão dos cinemas no Rio, “I Juca-Pirama” são muito mais grandiosos.

Mas quando Belém principia diminuindo a vista larga a boniteza surge outra vez. Chegamos lá antes da chuva e o calor era tanto que vinha dos mercados um cheiro de carne-seca. Os barcos veleiros sentados no cais do Ver-o-peso sacudiam as velas roseadas azuis negras se abanando com lerteza. Nos esperavam oficialmente no cais dois automóveis da Presidência prontinhos pra batalha de flores. Pra cada uma das companheiras do poeta um buquê famoso, fomos. Então passamos revista a todos os desperdícios da chegada. Só de noite nos reunimos pra janta excelente. Belém andara indagando dos nossos gostos e mantinha na esquina de boreste do hotel, um cinema. Fomos ver William Fairbanks em Não percas tempo, filme horrível. A noite dormiu feliz.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz / Mário de Andrade*; edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF: Iphan, 2015. P. 68 – 70.

1. Observe o seguinte texto:

“... acha uma lindeza os barcos veleiros coloridos ...”

Considere as palavras ‘acha’ – ‘veleiros’ – ‘pretendentes’ e analise as afirmativas:

- I. Identifica-se a ocorrência de dígrafo em ‘acha’.
- II. Em ‘veleiros’ apresenta-se ditongo crescente.
- III. Tem-se um encontro consonantal em ‘barcos’.

É correto o que se afirma:

- A) Apenas em I.
- B) Apenas em II.
- C) Apenas em I e II.
- D) Apenas em I e III.
- E) Apenas em II e III.

2. Há características, no texto de Mário de Andrade, que compõe o gênero textual:

- A) crônica.
- B) fábula.
- C) conto.
- D) diário.
- E) carta.

3. Observe o seguinte texto:

‘Durante a noite o Pedro I portou em Salinas pra emprestar um tapejara que nos guiasse através da foz traíçoiera do Amazonas e quando nos levantamos no dia de hoje bem cedinho já estávamos nela.’

Após a leitura e análise do trecho, pode-se afirmar que:

- A) ‘Guiasse’ está empregado no sentido de aconselhar, logo é bitransitivo.
- B) ‘Levantamos’ está empregado no sentido de pôr-se de pé, logo é verbo transitivo indireto.
- C) ‘Portou’ está empregado no sentido de chegar num lugar específico, logo é verbo intransitivo.
- D) ‘Emprestar’ está empregado no sentido de ceder algo a alguém, logo é verbo transitivo indireto.
- E) ‘Estávamos’ está empregado no sentido de expressar estado temporário, logo é verbo intransitivo.

4. No trecho:

“... pra emprestar um **tapejara** que nos guiasse através da foz traíçoiera do Amazonas...”

Pelo contexto, infere-se que ‘tapejara’ significa o que:

- A) explora a cultura de uma região.
- B) conhece os caminhos ou uma região.
- C) desbrava a gastronomia de uma região.
- D) põe a bordo d’água o navio numa região.
- E) constrói barcos para navegar numa região.

5. Há oração com operador argumentativo de adição em:

- A) “...**quando** nos levantamos no dia de hoje bem cedinho ...”
- B) “...**e** um matinho sempre igual no longe mal percebido...”
- C) “**Mas** quando Belém principia diminuindo a vista larga...”
- D) “**Durante** a noite o Pedro I portou em Salinas...”
- E) “Chegamos **lá** antes da chuva...”

6. “Belém **andara indagando** dos nossos gostos e mantinha na esquina de boreste do hotel, um cinema.” O **verbo principal** da **locução verbal** está empregado no:

- A) Pretérito perfeito.
- B) Futuro do presente.
- C) Futuro do pretérito.
- D) Pretérito imperfeito.
- E) Pretérito mais-que-perfeito.

7. Há palavra que estabelece coesão entre os elementos do texto classificada como conjunção integrante em:

- A) “É incontestável **que** Dante e o Amazonas são igualmente monótonos.”
- B) “... tapejara **que** nos guiasse através da foz traiçoeira do Amazonas...”
- C) “... ficam tão no longe fraco **que** a gente não encontra nada...”
- D) “A foz do Amazonas é tão ingente **que** blefa a grandeza.”
- E) “**Que** posso falar dessa foz tão literária?”

8. Em relação ao processo de formação de palavras, há exemplo, assinalado, de **derivação sufixal** em:

- A) “... um **matinho** sempre igual ...”
- B) “... um **mundo** de águas sujas...”
- C) “... um **buquê** famoso...”
- D) “... **filme** horrível...”
- E) “A **noite** dormiu feliz.”

MATEMÁTICA

9. Considere as seguintes afirmações abaixo:

- I. Seja x uma variável quantitativa que assume os valores x_1, x_2, \dots, x_n e \bar{x} a média aritmética correspondente a esses valores, indicamos por σ^2 a variância desses valores, com
$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n}.$$
- II. Sejam x_1, x_2, \dots, x_n os valores assumidos por uma variável x e \bar{x} a média aritmética correspondente a esses valores. Chamamos de desvio padrão e indicamos por σ a raiz quadrada da variância de x , com
$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n}}.$$
- III. A moda de um conjunto de valores corresponde ao valor que ocorre mais vezes.

Assinale o item correto.

- A) Somente I está correto.
- B) Somente II está correto.
- C) Somente III está correto.
- D) Somente I e II estão corretos.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

10. Uma família recebeu R\$10.000,00 de uma herança e aplicaram esse valor em um fundo, por quatro meses, no primeiro mês o fundo rendeu 1%, no segundo rendeu 1,5%, no terceiro 1%, no quarto e último mês, rendeu 1%. Qual o montante ao final aproximado dos quatro meses? Use $(101)^3 = 1.030.301$.

- A) R\$ 10.233,60
- B) R\$ 10.348,95
- C) R\$ 10.410,88
- D) R\$ 10.457,55
- E) R\$ 10.561,21

RASCUNHO

11. Considere as seguintes afirmações abaixo:

RASCUNHO

- I. Se A é um evento e A^C seu complementar, então $P(A^C) = 1 - P(A)$.
- II. Consideremos 3 eventos, A, B e C do mesmo espaço amostral Ω . Diremos que, A, B e C são independentes, se:
 - $P(A \cap B) = P(A) \cdot P(B)$
 - $P(A \cap C) = P(A) \cdot P(C)$
 - $P(B \cap C) = P(B) \cdot P(C)$
 - $P(A \cap B \cap C) = P(A) \cdot P(B) \cdot P(C)$
- III. A distribuição $P_K = \binom{n}{K} \cdot p^K \cdot q^{n-K}$ é chamada binomial, pois cada probabilidade P_K é dada pelo termo geral do binômio de Newton $(p + q)^n$, de exatamente K sucessos nos n ensaios.

Assinale o item correto.

- A) Somente I está correto.
- B) Somente II está correto.
- C) Somente III está correto.
- D) Somente I e II estão corretos.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

12. Para a realização de uma reforma para a troca de piso e revestimento de um banheiro existe a necessidade do serviço de um pedreiro e dois ajudantes. O valor cobrado pelos profissionais foi de R\$ 5.000,00. No entanto, o pedreiro terminou a obra em 5 dias, um ajudante trabalhou somente por 3 dias e o outro, apenas 2 dias. Assim e supondo que o valor da diária do pedreiro é igual a do ajudante, qual valor o pedreiro deve receber?

- A) R\$ 500,00
- B) R\$ 1.000,00
- C) R\$ 2.500,00
- D) R\$ 3.000,00
- E) R\$ 3.500,00

13. Sejam x_1, x_2, \dots, x_k os k valores distintos assumidos por uma variável x , com frequência absoluta q_1, q_2, \dots, q_k , respectivamente. A variância desses valores pode ser dada por:

- A) $\sigma^2 = \sum_{i=1}^k f_i \cdot (x_i - \bar{x})$, onde f_i são as frequências relativas e \bar{x} é a média.
- B) $\sigma^2 = \sum_{i=1}^k q_i \cdot (x_i - \bar{x})$, onde \bar{x} é a média.
- C) $\sigma^2 = \sum_{i=1}^k f_i \cdot (x_i - \bar{q})$, onde f_i são as frequências relativas.
- D) $\sigma^2 = \sum_{i=1}^k x_i \cdot (q_i - \bar{x})$, onde \bar{x} é a média.
- E) $\sigma^2 = \sum_{i=1}^k x_i \cdot (x_i - \bar{q})$, onde \bar{q} é a média.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL/EMPRESARIAL

14. Acerca dos direitos da personalidade, analise os itens abaixo:

- I. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- II. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- III. Os direitos da personalidade são irrenunciáveis, permanentes e transmissíveis.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

15. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua. Assim, encerrada a liquidação, será promovido(a):

- A) a concordata.
- B) o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.
- C) a responsabilização dos diretores e sócios-gerentes.
- D) a homologação do quadro geral de credores.
- E) a homologação da falência.

16. Considere que determinado negócio jurídico foi realizado em condições de estado de perigo. Por consequência, é possível afirmar que esse negócio jurídico

- A) é totalmente válido.
- B) é nulo de pleno de direito.
- C) é anulável.
- D) não admite prova em contrário.
- E) é lícito e nulo.

17. Acerca da prescrição e da decadência no direito civil, assinale a alternativa correta:

- A) A exceção prescreve no dobro do prazo da pretensão.
- B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- C) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- D) Não pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência e da prescrição.
- E) A prescrição iniciada contra uma pessoa se interrompe contra o seu sucessor.

18. Acerca da teoria da empresa, analise os itens abaixo:

- I. A teoria da empresa adotada no Código Civil vigente está fundamentada na concepção do ato de comércio enquanto elemento essencial para a geração de capital, contratos e trabalho.
- II. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- III. Para que haja empresa, é necessária previamente a figura do sócio-empresário, que é a pessoa física maior de 18 (dezoito) anos com capacidade para manifestação de vontade.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

19. Paulo e Davi são sócios na sociedade X, registrada na Junta Comercial de determinado Estado. Como o primeiro é pródigo e o segundo tem 15 (quinze) anos, pode-se afirmar que:

- A) está-se diante de uma sociedade de fato.
- B) o sócio relativamente incapaz, no caso Paulo, deve ser assistido e o absolutamente incapaz, no caso Davi, deve ser representado por seu representante legal.
- C) trata-se de sociedade unipessoal.
- D) ambos os sócios devem ser assistidos por seus representantes legais.
- E) o juiz deverá nomear administrador judicial para que a sociedade X não seja extinta.

20. Preencha corretamente as lacunas a seguir com base na Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA): "A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões _____, expressas por extenso ou abreviadamente, mas vedada a utilização da primeira _____".

- A) "companhia limitada" ou "sociedade anônima"; ao final.
- B) "sociedade anônima" ou "sociedade"; no começo.
- C) "companhia" ou "sociedade anônima"; ao final.
- D) "sociedade anônima" ou "companhia"; no começo.
- E) "companhia anônima" ou "sociedade anônima"; ao final.

21. Considere que a sociedade A foi extinta logo após metade de seu capital social ter sido utilizado para constituir as sociedades X e Y. Nesse caso, é possível afirmar que houve:

- A) incorporação societária.
- B) loteamento societário.
- C) reincorporação societária.
- D) fusão societária.
- E) cisão societária.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

22. Acerca do dolo e da culpa no âmbito penal, analise os itens abaixo:

- I. O crime preterdoloso é aquele em que o agente age com o chamado dolo culposo.
- II. Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- III. A depender do nexa de causalidade, se o agente der causa ao resultado por imperícia, é possível que o crime seja doloso ou culposo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

23. Sabe-se que é crime a conduta de falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro. No entanto, se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de:

- A) sexta parte.
- B) quinta parte.
- C) quarta parte.
- D) terça parte.
- E) dupla parte.

24. A prática do crime de excesso de exação pode ocorrer se o funcionário público exigir tributo ou contribuição social que sabe ser indevido. Caso esse funcionário desvie, em proveito de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos, é possível afirmar que:

- A) inexistirá crime quanto à conduta do funcionário público.
- B) haverá crime de peculato-desvio.
- C) está sujeito à mesma pena em abstrato prevista para o crime de concussão.
- D) haverá crime de prevaricação.
- E) estará sujeito a pena de detenção e multa.

25. João Paulo, corretor de imóveis, obteve vantagem pecuniária paga por contribuinte de IPTU, sob o pretexto de que influiria em lançamento fiscal praticado por determinado funcionário público municipal. Nesse caso, houve a prática de:

- A) crime de corrupção passiva.
- B) crime de condescendência criminoso.
- C) crime de tráfico de influência.
- D) crime de advocacia administrativa.
- E) crime de corrupção ativa.

26. Acerca dos crimes contra a ordem tributária (Lei Federal nº 8.137/90), analise os itens a seguir:

- I. Nos crimes previstos na lei em questão, cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.
- II. Tais crimes são de ação penal pública.
- III. O parcelamento do débito, assim como a transação tributária, são causas excludentes de ilicitude.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Como é próprio de nações democráticas, o Brasil se constituiu em estado de direito e se consolidou como uma República onde vigora uma forma federativa vinculada a diversos princípios fundamentais. Sobre estes princípios, assinale a alternativa correta.

- A) Os princípios fundamentais estão estabelecidos no preâmbulo da Constituição.
- B) Não podem ser revogados legalmente os princípios fundamentais.
- C) Dentre os princípios fundamentais, o principal é o da soberania nacional.
- D) A prevalência dos direitos humanos, assim como o pluralismo político, são princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- E) Dentre os princípios fundamentais, o mais importante é o da dignidade da pessoa humana.

28. Acerca dos direitos sociais, analise os itens abaixo:

- I. A irredutibilidade do salário do trabalhador celetista pode ser afastada em razão do disposto em convenção ou acordo coletivo.
- II. O salário de todo trabalhador goza de ampla proteção legal, razão pela qual configura crime qualquer forma de retenção pelo empregador.
- III. O salário-família é pago a todo trabalhador urbano ou rural, em razão da quantidade de dependentes.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

29. Como exceção à autonomia dos entes federados, há previsão constitucional permissiva da intervenção do Estado em seus respectivos Municípios, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior

- A) a dívida ativa, por quatro anos consecutivos.
- B) a dívida fundada, por dois anos consecutivos.
- C) a dívida consolidada, por quatro anos consecutivos.
- D) a dívida flutuante, por dois mandatos consecutivos.
- E) a dívida ativa, por dois mandatos consecutivos.

30. Caso determinado ente federado estadual resolva legislar sobre desapropriação, a conclusão correta é que:

- A) deverá fazê-lo por meio de lei complementar.
- B) poderá fazê-lo por qualquer espécie normativa, inclusive medida provisória.
- C) há flagrante inconstitucionalidade.
- D) não haverá inconstitucionalidade, salvo se o fizer por meio de medida provisória.
- E) deverá fazê-lo por qualquer lei ordinária.

31. Para estabelecer as diretrizes da política nacional de transportes, a Constituição Federal prevê uma competência do tipo:

- A) administrativa e exclusiva da União.
- B) legislativa e suplementar, incluídos os Municípios.
- C) administrativa e comum entre os entes federados.
- D) legislativa e concorrente entre os entes federados.
- E) legislativa e privativa da União.

32. Acerca do sistema tributário nacional, analise os itens a seguir:

- I. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- II. De competência apenas da União, os empréstimos compulsórios devem ser instituídos por lei complementar.
- III. O princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

33. De acordo com a Constituição Federal, a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos:

- A) pelo Tribunal de Contas da União e dos Estados.
- B) em lei complementar.
- C) em lei delegada federal ou estadual.
- D) pelo Tribunal de Contas da União, exclusivamente.
- E) pelo Tribunal de Contas da União, dos Estados e, onde houver, dos Municípios.

34. Na sede da Secretaria Municipal de Finanças, o Secretário alertou todos os servidores de que havia terminado o bimestre e que, então, o Poder Executivo Municipal tinha até 30 (trinta) dias para fazer determinada publicação orçamentária. No caso, trata-se do(a):

- A) lei orçamentária semestral.
- B) relatório de metas fiscais.
- C) relatório resumido da execução orçamentária.
- D) relatório de variações patrimoniais.
- E) plano bimestral de diretrizes orçamentárias.

35. Acerca da ordem econômica e financeira, assinale a alternativa correta:

- A) Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.
- B) A lei deverá estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, isenções e benefícios fiscais para as empresas de capital nacional.
- C) O Poder Público está obrigado a conceder tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.
- D) A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro não pode ser feita por estados e municípios.
- E) A lei deverá, em relação à empresa brasileira de capital nacional, conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País.

36. Assinale abaixo o(s) órgão(ões) que intervirá(ão), em juízo, em todos os atos de processos movidos pelos índios, suas comunidades e organizações na defesa de seus direitos e interesses:

- A) Ministério Público.
- B) Defensoria Pública.
- C) Ordem dos Advogados do Brasil.
- D) Defensoria Pública e Ministério Público.
- E) Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública.

37. A Constituição Federal prevê a instituição de sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. Nesse contexto, é correto afirmar que a esses segurados será garantido(a):

- A) O benefício assistencial de 1 (um) salário-mínimo.
- B) A aposentadoria de 1 (um) salário-mínimo.
- C) O benefício assistencial de metade de 1 (um) salário-mínimo.
- D) A aposentadoria de 2 (dois) salários-mínimos.
- E) A aposentadoria de metade de 1 (um) salário-mínimo.

38. No Brasil, a seguridade social, que busca assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, é financiada por toda a sociedade através de várias fontes de custeio, como, por exemplo, o recolhimento de tributos. Nesse cenário, é possível que a União institua contribuição social sobre:

- A) aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.
- B) as férias indenizadas a que tiver direito todo trabalhador.
- C) o importador e o exportador de bens e serviços.
- D) as entidades beneficentes de assistência social.
- E) receitas de concursos de prognósticos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

39. Marcos está concluindo a sua colaboração de um ano como jurado no Fórum Municipal. Já André, contador, não foi aprovado em nenhum concurso público, mas acabou sendo indicado como perito judicial pelo juiz da Comarca. Nesse contexto, Marcos e André são, respectivamente, agentes:

- A) honorífico e credenciado.
- B) delegado e credenciado.
- C) credenciado e delegado.
- D) político e jurídico.
- E) políticos-jurídicos.

40. Caso uma empresa pública estadual se torne sócia de uma sociedade de economia mista municipal, pode-se afirmar que:

- A) a empresa pública se tornará sociedade de economia mista.
- B) a sociedade de economia mista se tornará empresa pública.
- C) ambas serão entidades desconcentradas.
- D) a sociedade de economia mista continuará com a personalidade jurídica de direito privado.
- E) ambas passarão a integrar a Administração Pública Direta.

41. Acerca dos poderes da Administração Pública, analise os itens abaixo:

- I. O poder de polícia não está condicionado à vontade do administrado e nem à prévia aprovação do Poder Judiciário.
- II. O poder hierárquico se confunde com o poder normativo, pois a sanção depende da norma de autoridade.
- III. O poder vinculado é também discricionário, já que o administrador pode escolher a fonte normativa mais adequada para atingir ao interesse público.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

42. Em luto pelo falecimento do seu irmão, o servidor Lauro requereu o afastamento do trabalho por alguns dias. Nesse caso, a Administração Pública deverá analisar o requerimento por meio de:

- A) ato administrativo discricionário.
- B) ato administrativo misto, pois é vinculado quanto à concessão da licença, porém discricionário quanto à quantidade de dias de afastamento.
- C) ato administrativo enunciativo.
- D) ato administrativo político.
- E) ato administrativo vinculado.

43. Caso o imóvel de determinada fundação pública municipal seja ocupado por uma família de "sem-teto", pelo prazo de 10 anos e de forma mansa e pacífica, é possível afirmar que:

- A) faltam mais 10 (dez) anos para completar o prazo de usucapião.
- B) basta que seja feita a desafetação, para que a família adquira a respectiva propriedade.
- C) a fundação não perderá a propriedade do imóvel.
- D) faltam apenas 05 (cinco) anos para completar o prazo de usucapião.
- E) a fundação não perderá a propriedade do imóvel, mas deverá indenizar a família.

44. À luz da Lei nº 12.527/11 (LAI), assinale abaixo a única alternativa que não trata de ação correlacionada com o tratamento da informação:

- A) Divisão.
- B) Produção.
- C) Recepção.
- D) Distribuição.
- E) Classificação.

45. Acerca das concessões de serviços públicos, analise os itens a seguir:

- I. A concessão de serviço público pode ser precedida da execução de obra pública.
- II. A concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- III. O poder concedente publicará, concomitante com o edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

46. Após ser aprovado em concurso público para técnico de finanças, o futuro servidor se recusou, antes da posse, a apresentar declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, para fins de arquivamento no serviço de pessoal competente. Nesse cenário, é possível afirmar que o servidor agiu:

- A) corretamente, pois ainda não havia tomado posse no cargo público.
- B) erradamente, pois é obrigatória a apresentação de tal declaração logo após a homologação do resultado do concurso público.
- C) corretamente, já que tal declaração somente pode ser exigida de agentes políticos.
- D) corretamente, pois havia sido apenas nomeado para o cargo público.
- E) erradamente, inclusive a não apresentação de tal declaração é motivo para ser demitido.

47. Acerca das sanções legais cominadas à prática de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- A) A aplicação das sanções está condicionada ao ressarcimento integral do dano patrimonial, que deve ser efetivo.
- B) Na responsabilização da pessoa jurídica, não deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções.
- C) A aplicação das sanções está condicionada ao ressarcimento do dano patrimonial, que pode ser parcial ou integral.
- D) As sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- E) A multa pode ser aumentada até o quádruplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, ela é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.

48. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) prevê que, quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecido ao interessado:

- A) o acesso direto ao sistema de arquivo, em dia e local previamente agendados.
- B) o acesso direto ao sistema de arquivo, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- C) a consulta de cópia, exceto se esta não for certificada pelo Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC).
- D) o acesso direto ao sistema de arquivo, independentemente de agendamento.
- E) a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

49. Em determinado processo administrativo, houve julgamento desfavorável ao administrado com base em prova obtida mediante violação ilegal do seu domicílio. Nesse caso, é possível afirmar que:

- A) Por se tratar de prova obtida por meio ilícito, ela não deveria ter sido admitida no processo administrativo.
- B) Trata-se de prova ilegítima, e não ilícita, razão pela qual pode ser considerada no julgamento do processo administrativo.
- C) Embora seja prova ilegal, ela somente será ilícita se não tiver sido submetida ao devido processo legal administrativo.
- D) Jamais se aplica a teoria dos frutos da árvore envenenada aos processos administrativos.
- E) A prova é lícita, desde que o administrado tenha se manifestado sobre ela em momento oportuno.

50. Na Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo, pode-se afirmar que a autoridade é:

- A) apenas o superior hierárquico do órgão onde tramita o processo administrativo.
- B) aquele que recebe e julga o processo administrativo, ainda que seja funcionário público de fato.
- C) o funcionário público em sentido amplo, exceto se ocupar função temporária ou transitória na Administração Pública.
- D) o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- E) qualquer servidor que administra o processo administrativo até o seu encerramento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Os Princípios Contábeis Fundamentais devem ter três características que ocorrem simultaneamente: ser **úteis, objetivos e praticáveis**. Sobre o assunto, leia o enunciado abaixo.

Esse princípio refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

O enunciado define:

- A) Princípio da Continuidade
- B) Princípio da Oportunidade
- C) Princípio da Prudência
- D) Princípio da Competência
- E) Princípio da Entidade

52. O Patrimônio Líquido – PL, pode ser simplesmente definido como a diferença, em determinado momento, entre o valor do ativo e do passivo, atribuindo-se a este último a conotação restritiva de dívidas e obrigações. Sobre o Patrimônio Líquido, analise os itens abaixo:

- I. Contém elementos que caracterizam: interesses residuais em casos de liquidação; interesses em participar em distribuições de dividendos; e direitos de participação no Patrimônio Líquido de uma entidade em continuidade, no sentido de possível alienação de sua participação ou de aumento de tal participação.
- II. No artigo 178 (Lei nº 11.638/07) o Patrimônio Líquido é dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- III. A principal alteração em relação a estrutura que era determinada pela Lei nº 6.404/76 se refere a eliminação da conta de Reserva de Reavaliação e a criação da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- IV. Segundo Iudícibus, S. et. al. (2010, p. 343), “o investimento efetuado na companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social”.

Analisados os itens é correto afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
- B) Apenas o item II está incorreto.
- C) Apenas o item III está incorreto.
- D) Apenas o item IV está incorreto.
- E) Todos os itens estão corretos.

53. As Contas Contábeis representam qualitativa e quantitativamente os componentes patrimoniais e a evolução do patrimônio. Na contabilidade, elas servem para registro e controle das transações que modificam o patrimônio de uma empresa. Portanto, dizemos que elas são a base da contabilidade. Sobre as contas contábeis, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A apresentação qualitativa é o nome da conta, ou seja, que item a conta está representando; enquanto o aspecto quantitativo é o valor que a conta está apresentando.
- B) As contas que serão criadas para registrar os fatos nos livros contábeis são contas que representam os elementos do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, mas também devem ser criadas contas que expliquem gastos e perdas do último período.
- C) Utilizando a nomenclatura de “débito” e “crédito”, seriam dois tipos de movimento de contas: movimento a débito (aumentando saldos credores e diminuindo saldos devedores) e movimento a crédito (aumentando saldos devedores e diminuindo saldos credores).
- D) É chamado de “plano de contas” o conjunto de contas criado pelo contador, para atender às necessidades de registro das transações dos eventos econômicos, de forma a possibilitar a construção dos principais relatórios contábeis e atender a todos os usuários da informação contábil.
- E) Esse conjunto de contas é chamado de “plano de contas”, porque, na realidade, ele é criado antecipadamente ao uso de tais contas. Por isso, o contador tem de planejar a estruturação do “plano de contas”, de maneira que a sua principal ferramenta seja criada para lhe possibilitar o melhor dos resultados no trato com as informações contábeis.

54. Escrituração é a técnica contábil responsável pelo registro dos fatos contábeis, aqueles acontecimentos que alteram a situação patrimonial da empresa. A escrituração Contábil deve ser executada:

- I. Em idioma pátrio ou em caso do uso de outra língua, trará em anexo a tradução juramentada, e em moeda corrente nacional.
- II. Em forma contábil.
- III. Em ordem cronológica de dia, mês e ano.
- IV. Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas.
- V. Com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.

Analisados os itens é correto afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
- B) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- C) Apenas os itens I e IV estão incorretos.
- D) Apenas o item III está incorreto.
- E) Todos os itens estão corretos.

55. O Método das Partidas Dobradas surgiu no século XV e mudou completamente o entendimento de contabilidade. Também chamado de Método Veneziano, esse sistema-padrão é um dos mais utilizados por organizações e empresas no registro contábil das transações financeiras. Sobre o tema, atribua V para item verdadeiro e F para item falso:

()	O método de partidas dobradas está baseado na compensação: para cada débito existente, um crédito deve ser tomado como correspondente.
()	Um evento só pode ter um débito e um crédito, para que não haja desequilíbrio entre ativos e passivos.
()	São usadas pelo menos duas contas, que representam as variáveis para cada transação financeira. Ambas demonstrarão um aspecto particular do negócio como um valor monetário. Daí percebe-se que o total de débitos é igual ao total de créditos.
()	Normalmente uma transação possui duas entradas, sendo uma na conta de crédito e outra na de débito. Daí advém o nome de “dobrado”.
()	A base da aplicação é a seguinte: o valor total lançado nas contas a débito, em cada um dos lançamentos, precisa ser exatamente igual ao total lançado em contas a crédito.

Respondidos os itens, a sequência correta no sentido de cima para baixo é

- A) F V V V V
- B) V V F V V
- C) V V V F V
- D) V F V V V
- E) V V V V V

56. Leia os dois itens abaixo e em seguida responda:

- I. São contas que se referem ao ativo, passivo e ao patrimônio líquido da entidade
- II. São contas que se expressam em natureza devedora e credora, sendo que a primeira traz as despesas e a segunda, as receitas dessa empresa

Lidos os itens é correto afirmar que:

- A) O item I denomina as contas patrimoniais e o item II denomina as contas de resultado.
- B) O item I denomina as contas de resultado e o item II denomina as contas patrimoniais.
- C) O item I denomina as contas devedoras e o item II denomina as contas credoras.
- D) O item I denomina as contas de ajuste e o item II denomina as contas de correção.
- E) O item I denomina as contas de avaliação de resultados e o item II denomina as contas de retificação de resultados.

57. É sabido que um lançamento deve ter, de acordo com o Método das Partidas Dobradas, o valor total de débitos igual ao valor total de créditos. Sobre as fórmulas de lançamento, analise os itens abaixo:

- I. 1ª Fórmula: uma conta debitada e uma conta creditada.
- II. 2ª Fórmula: duas contas debitadas e duas ou mais contas creditadas.
- III. 3ª Fórmula: duas ou mais contas debitadas e uma conta creditada.
- IV. 4ª Fórmula: duas ou mais contas debitadas e duas ou mais contas creditadas.

Analisados os itens é correto afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
- B) Apenas o item II está incorreto.
- C) Apenas o item III está incorreto.
- D) Apenas o item IV está incorreto.
- E) Todos os itens estão corretos.

58. Durante o processo de escrituração podem surgir alguns tipos de erros, que são bem conhecidos por quem atua na contabilidade. Para a correção desses erros temos algumas técnicas. Leia o enunciado abaixo sobre uma dessas técnicas e em seguida responda:

É a anulação integral do lançamento incorreto por meio de um lançamento inverso:

- A) Complementação
- B) Transferência
- C) Anuência
- D) Ressalva
- E) Estorno

59. Leia o enunciado e responda:

São fatos que provocam alterações quantitativas no Patrimônio Líquido e que fazem o Patrimônio Líquido aumentar ou diminuir. Geralmente estão relacionados a fatos contábeis que envolvem registro de receitas ou despesas.

O enunciado se refere:

- A) Fatos permutativos
- B) Fatos compensatórios
- C) Fatos modificativos
- D) Fatos qualitativos
- E) Fatos mistos

60. No Livro Diário devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais. Sobre o Livro Diário, analise os itens abaixo:

- I. A pessoa jurídica que empregar escrituração mecanizada poderá substituir o Diário e os livros facultativos ou auxiliares por fichas seguidamente numeradas, mecânica ou tipograficamente.
- II. Sem prejuízo de exigências especiais da lei, é obrigatório o uso de Livro Diário, encadernado com folhas numeradas seguidamente, em que serão lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, os atos ou operações da atividade, ou que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial da pessoa jurídica.
- III. Admite-se a escrituração resumida no Diário, por totais que não excedam ao período de um mês, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, sem a necessidade de utilização de livros auxiliares para registro individualizado.
- IV. No transporte dos totais mensais dos livros auxiliares, para o Diário, deve ser feita referência às páginas em que as operações se encontram lançadas nos livros auxiliares devidamente registrados.

Estão corretos apenas os itens:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, II e III.

61. Analise as afirmativas a seguir sobre as limitações do poder de tributar:

- I. Para fins de concretização de ações afirmativas, a União poderá instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação tributária equivalente.
- II. A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de tributo cujo fato gerador ocorra posteriormente.
- III. Para fins de combate à guerra fiscal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, em razão de sua procedência ou destino.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

62. Em matéria tributária, os conflitos de competência entre Estados e Municípios devem ser resolvidos:

- A) pelo CONFAZ.
- B) em resolução do Senado Federal.
- C) pela Câmara dos Deputados.
- D) pela própria Constituição Federal.
- E) em lei complementar federal.

63. Do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir, através de lei complementar, no exercício da chamada competência tributária residual, pode-se afirmar que 20% (vinte por cento) pertencerá:

- A) aos Municípios.
- B) aos Estados e Territórios Federais.
- C) aos Estados e Distrito Federal.
- D) aos Territórios Federais.
- E) aos Municípios e Distrito Federal.

64. Acerca dos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa correta.

- A) São da competência da União e dos Territórios.
- B) Não podem ser instituídos por medida provisória.
- C) Não estão sujeitos ao princípio da anterioridade tributária.
- D) São instituídos por decreto do Presidente da República.
- E) São da competência da União e dos Estados.

65. Assinale abaixo a única situação em que competem à União os impostos municipais:

- A) Quando o Território Federal não for dividido em Municípios.
- B) Quando o Município contiver Territórios Federais.
- C) Quando o Estado contiver Território Federais.
- D) Em caso de intervenção estadual.
- E) Em caso de intervenção federal.

66. São impostos da União:

- I. Imposto sobre a propriedade territorial rural.
- II. Imposto sobre produtos industrializados.
- III. Imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- IV. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- V. Imposto sobre grandes fortunas, na forma da lei.

Estão corretos apenas os itens agrupados em:

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) II, III e V.
- D) II, IV e V.
- E) I, II, III e IV.

67. Na competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, está o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos. Entretanto, quanto ao imposto em questão, cabe ao Senado Federal:

- A) regulamentar o seu fato gerador e a base de cálculo.
- B) fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.
- C) regulamentar a sua base de cálculo.
- D) fixar as suas alíquotas máximas.
- E) fixar as suas alíquotas mínimas.

68. Analise as afirmativas a seguir sobre as imunidades tributárias:

- I. Os Municípios não podem utilizar taxa com efeito de confisco.
- II. É vedado aos Municípios instituir tributos sobre templos de qualquer culto.
- III. A chamada imunidade recíproca é extensiva também às entidades da Administração Pública Indireta de cada ente federado.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

69. O ICMS é considerado um imposto sujeito à regra da não cumulatividade. Logo, deverá ser compensado o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante:

- A) a ser cobrado nas operações posteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- B) cobrado nas operações anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- C) cobrado nas operações anteriores pelo mesmo Estado ou pelo Distrito Federal.
- D) cobrado em quaisquer operações por todos os entes federados.
- E) cobrado nas operações anteriores e a ser cobrado nas operações posteriores por todos os entes federados.

70. No Sistema Tributário Nacional, não cabe à lei complementar:

- A) Estabelecer alíquotas mínimas do IPVA.
- B) Regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- C) Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- D) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- E) Definir os contribuintes do ICMS.

71. No direito tributário brasileiro, são consideradas normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

- I. Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- II. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- III. As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

72. Na ausência de disposição expressa, é possível afirmar que a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará:

- A) a analogia antes da equidade.
- B) a equidade antes dos princípios gerais de direito tributário.
- C) os princípios gerais de direito tributário antes da analogia.
- D) os princípios gerais de direito público antes da analogia.
- E) a equidade antes dos princípios gerais de direito público.

73. Analise as afirmativas a seguir sobre a vigência da legislação tributária:

- I. Salvo disposição em contrário, os atos normativos entram em vigor no primeiro dia útil após a publicação em Diário Oficial.
- II. Os convênios, que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, entram em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- III. A lei que reduz isenção tributária passar a vigorar somente após 90 (noventa) dias da data da sua publicação, em razão do princípio da anterioridade nonagesimal.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

74. Em regra, o contribuinte ou responsável escolhe o seu domicílio tributário, na forma da legislação aplicável. Entretanto, na falta de eleição, considera-se domicílio das pessoas jurídicas de direito público:

- A) apenas a sede da Casa Civil correspondente ao ente federado.
- B) apenas a sede do Ministério ou da Secretária da Fazenda correspondente ao ente federado.
- C) qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
- D) qualquer lugar onde residir o Presidente da República, o Governador do Estado ou o Prefeito Municipal.
- E) apenas a sede do Gabinete Institucional correspondente ao ente federado.

75. Sobre a responsabilidade tributária por infrações, analise as afirmativas a seguir:

- I. A responsabilidade é excluída pela denúncia da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa.
- II. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- III. A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

76. Preencha corretamente a lacuna a seguir com base no Código Tributário Nacional: "O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da _____".

- A) recuperação judicial e da legislação trabalhista.
- B) legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- C) legislação trabalhista e previdenciária.
- D) legislação do trabalho ou das obrigações alimentares.
- E) falência, da recuperação judicial e da legislação do trabalho.

77. Acerca da Administração Tributária, analise as afirmativas a seguir:

- I. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
- II. Não é vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- III. Para preservar o sigilo das investigações, é proibida a divulgação de informações relativas às representações fiscais para fins penais.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

78. A certidão negativa de débito tributário expedida com fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza o funcionário que a expedir:

- A) supletivamente, exceto se a conduta não for dolosa.
- B) pessoalmente, exceto se tiver agido com dolo.
- C) objetivamente, ou seja, independente de dolo ou culpa.
- D) pessoalmente, devendo arcar com o crédito tributário e juros de mora acrescidos.
- E) supletivamente, ou seja, deve arcar com o crédito tributário e juros de mora não pagos pelo contribuinte.

79. Determinado contribuinte questionou a validade da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nº X, sob a alegação de que a fluência mensal de juros de mora acarreta a iliquidez do crédito. Nesse caso, é possível afirmar que:

- A) Assiste razão ao contribuinte, uma vez que os juros de mora devem ser calculados anualmente.
- B) A CDA nº X é líquida, porém incerta e inexigível.
- C) A fluência de juros de mora não exclui a liquidez da CDA nº X.
- D) A CDA nº X é ilíquida, porém certa e exigível.
- E) Assiste razão ao contribuinte, uma vez que os juros de mora devem ser calculados diariamente.

80. De acordo com a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), o sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

- I. Vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- II. For objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- III. Vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.

Assinale:

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

81. Determinada lei fez constar a incidência de tributo sobre serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Nesse caso, é possível afirmar que:

- A) O tributo em questão não pode ser o ICMS.
- B) O tributo em questão é um empréstimo compulsório.
- C) Trata-se de cobrança de ICMS.
- D) O tributo em questão é uma contribuição de melhoria.
- E) A lei em questão tem amparo na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir).

82. Assinale abaixo a quantidade de representantes que a Lei Complementar nº 123/06 prevê para os Municípios no Comitê Gestor do Simples Nacional:

- A) 0 (zero).
- B) 1 (um).
- C) 2 (dois).
- D) 4 (quatro).
- E) 8 (oito).

83. Em matéria fiscal, a sigla CONFAZ faz referência à(ao):

- A) Coordenação Nacional Fazendária.
- B) Conselho Nacional de Política Fazendária.
- C) Coordenação Nacional das Fazendas.
- D) Comitê Nacional Fazendário.
- E) Conselho dos Fazendários.

84. Atualmente, caso uma empresa aufera, no ano-calendário de 2022, receita bruta de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ela será considerada:

- A) ME, MEI ou EPP.
- B) Microempresa para os fins do Simples Nacional.
- C) Microempreendedora fiscal.
- D) Empresa de pequeno porte para os fins do Simples Nacional.
- E) automaticamente fora dos benefícios previstos pelo Simples Nacional.

85. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

- I. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.
- II. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.
- III. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.
- IV. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
- V. Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Estão corretos apenas os itens agrupados em:

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, II, III e V.
- D) II, III e V.
- E) I, II, III e IV.

86. Caso o contribuinte falsifique livros fiscais, com o propósito de obter, para si, redução do ICMS, ele estará sujeito a multa de:

- A) 100% (cem por cento) do valor do imposto.
- B) 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto.
- C) 300% (trezentos por cento) do valor do imposto.
- D) 400% (quatrocentos por cento) do valor do imposto.
- E) 500% (quinhentos por cento) do valor do imposto.

87. Com base na Lei Complementar nº 24/75, que dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do ICMS, preencha corretamente as seguintes lacunas: "A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão _____ dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de _____, pelo menos, dos representantes presentes."

- A) majoritária; três quintos.
- B) unânime; quatro quintos.
- C) majoritária; metade.
- D) unânime; três quintos.
- E) unânime; dois terços.

88. Analise as afirmativas a seguir sobre a tributação da prestação de serviços:

- I. O ISS não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- II. Incide ICMS sobre a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
- III. O fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, não pode ser objeto de tributação pelo ISS e nem pelo ICMS.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

89. De acordo com Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), a base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

- A) sempre o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário.
- B) em regra, a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subsequentes.
- C) em relação às operações ou prestações antecedentes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituto.
- D) em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.
- E) sempre o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituído intermediário.

90. De acordo com a Lei Estadual nº 59/1993 (Código Tributário Estadual), a energia elétrica é considerada como:

- A) mercadoria.
- B) operação.
- C) produto.
- D) serviço.
- E) ativo.

91. À luz da legislação vigente, o ICMS não incide sobre:

- I. operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.
- II. operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.
- III. operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- IV. operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- V. operações com ouro, inclusive suas remessas para o exterior.

Estão corretos apenas os itens agrupados em:

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, II, III e V.
- D) II, III e V.
- E) I, II, III e IV.

92. A legislação estadual prevê que o ICMS incide sobre:

- I. operações relativas à circulação de mercadorias, exceto o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- II. a prestação de serviços de transporte estadual e municipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias e valores.
- III. sobre a entrada, no Estado, de petróleo, lubrificantes e combustíveis, inclusive quando destinados à comercialização ou à industrialização, decorrente de operações interestaduais.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

93. Considere que determinado contribuinte estava obrigado ao pagamento de contribuição de melhoria, porém somente efetuou o pagamento do referido tributo após 60 (sessenta) dias do vencimento da notificação de lançamento enviada pela SEFAZ-RR. Nesse caso, é possível afirmar que:

- A) o contribuinte estará sujeito a multa de 10% (dez por cento) do valor do tributo.
- B) não haverá incidência de multa, mas o valor do tributo será atualizado monetariamente.
- C) o contribuinte estará sujeito a multa de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do tributo, que deverá ser em dobro caso haja sonegação, fraude ou conluio.
- D) o contribuinte estará sujeito a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo.
- E) serão aplicadas contra o contribuinte multas moratórias e punitivas, além de incidir juros de mora.

94. Assinale abaixo o único agrupamento sem contribuinte do ICMS no Estado de Roraima:

- A) a cooperativa, a instituição financeira e a seguradora.
- B) os órgãos da administração pública, e seus respectivos gestores, e a sociedade civil de fim econômico.
- C) a sociedade civil de fim econômico, o arrematante ou o adquirente.
- D) o industrial, o produtor e o extrator.
- E) a instituição financeira, o importador e a seguradora.

95. Devem inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do Estado de Roraima, antes do início de suas atividades:

- I. o representante comercial.
- II. o mandatário mercantil.
- III. a empresa de armazém geral.
- IV. o curador judicial.
- V. o gerador.

Estão corretos apenas os itens agrupados em:

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, II, III e V.
- D) II, III e V.
- E) I, II, III e IV.

96. No Estado de Roraima, o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD é cobrado na alíquota de:

- A) 2% (dois por cento).
- B) 4% (quatro por cento).
- C) 5% (cinco por cento).
- D) 7% (sete por cento).
- E) 9% (nove por cento).

97. Acerca da cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores no Estado de Roraima, analise as afirmativas a seguir:

- I. Para veículo novo, ocorre o fato gerador do imposto na data de sua aquisição por consumidor ou usuário final.
- II. No caso do veículo usado, o fato gerador do imposto ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício.
- III. Na tributação de veículo de procedência estrangeira, considera-se ocorrido o fato gerador na data do despacho aduaneiro.

Assinale

- A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

98. Na SEFAZ-RR, um servidor tinha a obrigação legal de realizar determinado ato processual no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. De acordo com a Lei Estadual nº 72/94, é possível que esse ato seja:

- A) a lavratura do termo de revelia.
- B) a remessa do processo pelo Serviço de Instrução Processual para o Serviço de Julgamento de Processos após o saneamento.
- C) a remessa do processo transitado em julgado, pelo Serviço de Instrução Processual para a Divisão da Dívida Ativa.
- D) a inscrição do débito na Dívida Ativa.
- E) a liquidação do crédito tributário após decisão irrecurável.

99. Sobre o Processo Especial de Consulta previsto na Lei Estadual nº 72/94, analise as afirmativas a seguir:

- I. A consulta será formulada por escrito, através de petição, dirigida ao Presidente do Contencioso Administrativo Fiscal, através da repartição do domicílio fiscal do consulente, devendo indicar se versa sobre hipótese em relação a qual já se verificou ou não a ocorrência de fato gerador.
- II. Cada consulta deverá referir-se a uma matéria, admitindo-se acumulação, numa mesma petição, apenas quando se tratar de questões conexas.
- III. O tributo considerado devido pela solução dada a consulta será cobrado sem imposição de qualquer penalidade, se recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o consulente tomar ciência da resposta.

Assinale

- A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

100. Assinale abaixo o que **não** consta obrigatoriamente no termo de inscrição da dívida ativa:

- A) o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- B) a data em que foi inscrita.
- C) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- D) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- E) os prazos de decadência e de prescrição.